

Discurso Parlamentar, Democracia, Participação e Representação: um estudo de caso na Tríplice Fronteira.

Gustavo Biasoli Alves¹
UNIOESTE

RESUMO: O Brasil vem passando por processos de redemocratização, Reforma do Estado e mudanças na gestão da política local. O papel do legislativo municipal foi muito pouco discutido neste contexto. Este artigo traz os resultados de uma pesquisa onde se analisou o discurso dos vereadores sobre os Conselhos Municipais, num estudo de caso no oeste paranaense. Foi verificado como os vereadores construíram discursivamente seu papel e o das demais instâncias de representação. Foi grande o número de requerimentos e de indicações buscando atender às demandas mais cotidianas da população. A imprensa é destacada por todos os vereadores, que também elogiam a presença da “comunidade” ou de líderes comunitários nas sessões. Há um reforço positivo de seu papel e dos mecanismos tradicionais da política.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso parlamentar. Democracia Participação. Representação. Interior do Brasil.

ABSTRACT: Lots of participative practices came up in Latin America. The strongest sign of it in Brazil was the creation of arenas where the cities became important. There are few researches concerning the interior of the country, specially Common Councils. The Triple Frontier (BR-PY-AR) was recently populated with agricultural towns that is why the research was made on it discussing the impact of new participative political forms against the representative, searching for changes in Councilman discourse for the position they built about participation by Discourse Analysis of the Common Council of Toledo (Parana State) (2002-2204) finding how councilman built their role and the participative arenas role. Councilman preserve characteristics of clientelism and corporativism and reinforce their role as the only legitimate way public claims can come to solution which seems to be away to keep politics back in its old ways.

KEYWORDS: Parliamentary discourse. Democracy. Political culture. Latin America.

O Brasil vem passando nas últimas décadas, por amplos processos de redemocratização e de Reforma do Estado com o surgimento e a implantação de novas formas de relacionamento entre Estado e Sociedade, temas esses que têm sido os principais tópicos da Agenda Política do país. Isto mostra que se está diante do remodelamento do contrato social que sustentou o Estado Desenvolvimentista, onde reformas neoliberais iniciadas no governo Collor tiveram, na expressão de Sola (1993), uma “função catalisadora poderosa”, ou seja, dar início a um processo de reformas e desenvolver um arcabouço jurídico, político e ideológico para dar sustentação a elas.

Essas transformações ganharam alicerce no período Collor através da construção de um discurso onde o período anterior (desenvolvimentismo) apareceu atrelado à situação ruim que se vivia no período da transição, caracterizada por estagnação econômica, hiperinflação, desemprego e problemas sociais.

A partir daí o processo de Reforma do Estado caminhou para um aprofundamento das privatizações e para uma redefinição do espaço público e o que se propôs e programou pode ser assim definido:

Quadro 1: Instituições Resultantes da Reforma do Estado

	Atividades Exclusivas Do Estado	Serviços Sociais e Científicos	Produção de Bens e Serviços para O Mercado
Atividades Principais (Core)	ESTADO Enquanto Pessoal	Entidades Públicas Não-Estatais	Empresas Privatizadas
Atividades Auxiliares	Atividades Terceirizadas	Atividades Terceirizadas	Atividades Terceirizadas

Fonte: Bresser Pereira, 1998, pp 101

De acordo com este autor, as atividades correspondentes à intersecção das colunas e das linhas 2 e 3 são aquelas que continuam sendo financiadas pelo Estado (a intersecção com a coluna 3 apenas parcialmente).

Se há a redefinição do espaço público é interessante estudar os mecanismos de interface entre o Estado e a Sociedade Civil. Diversos autores abordam a questão da sociedade civil. A maior parte dos estudos (Avritzer e Navarro (2003), Bresser Pereira (1999), Wilhelm (1999) Lavallo (2003) e Sola (1999), Souza (2004), entre outros) enfatiza a importância desta, seu (re) surgimento e a necessidade ou os mecanismos através dos quais seu *empowerment* se dá ou deverá se dar.

Lavalle (2003) afirma que, se a perspectiva inicial sobre as relações entre sociedade civil e Estado apontavam que a primeira seria um “pólo de virtudes democráticas e democratizadoras” e o segundo o seu oposto, ou seja, o polo do autoritarismo, as tendências mais contemporâneas do debate enfatizam que esta relação não é tão determinista assim, mas que o deslocamento do eixo do debate da esfera da sociologia (potencial democratizador da sociedade civil) para o eixo da ciência política (papel, estrutura e funcionamento das instituições políticas) fez com que o debate e o processo terminassem “sem pena nem glória”, ou seja, de maneira inconclusa.

Esse autor (2003, p 109) complementa dizendo que “Ainda é cedo para delinear os traços que se tornarão distintivos na agenda social das primeiras décadas do século XXI, mas dois desdobramentos são certos e promissores: primeiro, não se tratará de simples *aggiornamento* do debate dos anos 1990, visto que sua lógica analítica não mais anima a reflexão e as pesquisas acadêmicas; segundo, após duas décadas de recíproco distanciamento, iniciado com o advento dos estudos sobre transições e com o simultâneo declínio da sociologia no cenário latino-americano, parece que a sociologia e a ciência política reencontram terreno propício para interlocução na análise de políticas públicas. A prudência aconselha não declarar findo tal distanciamento, mas, sem dúvida, ambas as disciplinas podem vir ao encontro de uma compreensão mais abrangente da interação entre o mundo das instituições políticas e o mundo da ação social.

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) apontam que a análise dessas questões deve levar em conta os projetos políticos em contenda (neoliberal, democrático-participativo e autoritário) e a cultura política da região, sendo que há uma “virtude específica” desta abordagem que está no elo entre cultura e política, mostrando que “projetos políticos não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (DAGNINO, 2004, p. 98) e que expressam relações de poder.

Os autores continuam este argumento colocando que há, atualmente, um embate discursivo sério entre o projeto neoliberal e o social democrático no que diz respeito às questões de participação, de representação e de cidadania². Além disto, os espaços de contato entre Sociedade Civil e Estado também são objetos interessantes.

Nestes mesmos processos de redemocratização e de Reforma do Estado, o município adquiriu um papel de destaque, com avanços na descentralização de políticas públicas, com a criação de Conselhos Municipais e de Consórcios Intermunicipais, enfim, com toda uma gama de instituições que visaram tornar o processo decisório das políticas públicas não apenas mais amplo com o aumento do número de atores nele envolvidos, como também mais próximo da população

pela abertura de canais participativos.

Há, sem sombra de dúvida, alterações bastante significativas na forma como a política local passou a ser gerida, e também em sua organização. Grande parte desses resultados são frutos da Constituição de 1988 e da ideologia descentralizadora e participativa nela presentes, contudo, conforme Kerbauy (2005) aponta, o papel do legislativo municipal foi muito pouco discutido neste contexto, existindo um consenso quase geral de que o mesmo é um apêndice do executivo. A autora argumenta também que “O novo desenho institucional municipal articula novos atores políticos – os conselhos municipais – com os quais o executivo, o legislativo e o sistema jurídico devem interagir. O legislativo, por sua vez, fica diluído neste novo desenho” (p. 338).

Segundo essa autora, com base num estudo para a Câmara Municipal de São Paulo, isto tem levado a que o legislativo municipal encontre uma dificuldade séria em produzir legislação municipal significativa e, diante destas dificuldades, os vereadores poderão acessar a vontade do eleitor através de indicações, de solicitações e de requerimentos, o que geralmente se tem como pouco relevante, mas que pode levar ao estabelecimento de redes políticas muito significativas.

Decorre, então, que uma série de questões vem à tona, dentre as quais cabe as seguintes: Como funciona o legislativo como espaço de contato entre a Sociedade Civil e o Estado? Ocorrerão mudanças no comportamento e na produção dos membros do legislativo dada a nova realidade da existência dos conselhos? Como será a nova forma de relação entre representantes e representados no processo político decisório local? Qual é a visão dos atores políticos tradicionais sobre este processo?

Neste sentido é que proponho a análise do discurso do legislativo municipal sobre os chamados conselhos municipais.

Adentra-se aqui numa área sobre a qual ainda são bastante escassos os estudos. A literatura sobre os conselhos municipais e outras formas de participação tem se dedicado mais a analisar e a discutir seus mecanismos internos de funcionamento, ou seu impacto na criação de estruturas democráticas de participação. Nestes casos há, inclusive, diversos estudos sobre a situação paranaense, tais como Fuks, Pericinotto e Ribeiro (2003) e Souza (2003). Por outro lado, conforme Kerbauy (2005) aponta, há a prevalência de velhos diagnósticos e paradigmas que devem ser questionados quando se estuda o legislativo municipal brasileiro, sobretudo o de prática do clientelismo.

Este artigo traz os resultados de uma pesquisa intitulada “Conselhos Municipais: formação, estruturas e perspectivas na produção da democracia e do desenvolvimento” da qual o autor foi colaborador. Parte das atividades por ele desenvolvidas nesta pesquisa foi analisar o discurso dos vereadores sobre os conselhos municipais.

Discurso é um texto que é muito mais que o simples tramar de palavras. Ele deve ser entendido em seu contexto histórico e social, pois traz nele impressas essas condições. Desta forma, supõe-se que o discurso expresse os projetos políticos em disputa.

De acordo com Michel Foucault, no estudo do discurso é fundamental ter em mente que não se deve: “mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou à representação), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2000, p. 56). Ou seja, na prática analítica se deve olhar o texto, abstrair elementos significativos (substantivos, verbos, locuções, frases, etc.) e, a partir destes elementos e de seu uso, mostrar como o discurso está sendo construído.

É impossível separar o discurso das condições sociais, históricas, textuais e discursivas de sua produção. Desta forma, o discurso político faz parte da cultura política.

Assim, o discurso político se constitui num dos mecanismos contribuintes para o estudo da redemocratização na América Latina. No discurso político é que podem ser detectados os projetos políticos dos atores da política. É a análise desses discursos que permite não só situar esses atores *in loco* mas também permite realizar observações sobre a situação política de maneira geral. É que se entende que o discurso é uma arma na disputa política porque é um texto que traz a busca por posições sociais e por políticas onde seu emissor lida com estas mesmas posições e com outras que foram anteriormente construídas ou tencionadas por ele mesmo e/ou por outros emissores, visando destruí-las ou reformulá-las ou, ainda, retomá-las, o que se constitui num processo de fixação parcial de sentidos e de estabelecimento de uma hegemonia.

Conforme coloca Bourdieu (2000), no terreno do simbólico também se exerce luta política. Esta se dá no fato de o emissor impor ou poder impor ao outro sua autoridade para falar algo sobre alguma coisa, estabelecendo o que o autor chama de dominação simbólica. O terreno do simbólico passa a ser, então, um dos locais onde a luta política pode ocorrer e o campo político pressupõe então o domínio das regras da política e também o domínio do falar político, onde se pressupõe que um indivíduo ou um grupo de indivíduos tentará desconstruir os demais como falantes legítimos e também tentará desconstruir a fala destes.

Por isso é necessário ter em conta também que o discurso (e o discurso político em especial) é um mecanismo através do qual ideologias políticas podem ser expressas e através do qual os emissores do discurso buscam fazê-las vencedoras. Examinando este ponto com maior detalhe, pode-se entender que, na teoria do discurso, *ideologia*, após as contribuições de Pêcheux, Bakhtin e Gramsci, pode ser entendida como um fenômeno discursivo e semiótico, o que é “[...] enfatizar sua materialidade (já que os signos são entidades materiais) e preservar o sentido

de que ela diz respeito essencialmente a significados” (EAGLETON, 1997, p. 171). Nesta visão, caracteriza-se ideologia como um fenômeno social e discursivo que está presente, corporificada nos textos, e sua análise requer um cabedal onde se cruzem discurso e ideologia.

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em “*Ideology and Socialist Strategy*” (LACLAU e MOUFFE, 1985), endossam que não há conexão lógica entre posição de classe e posições político-ideológicas. Para os autores, essas posições são o resultado de uma construção na qual o discursivo assume sua importância e a partir daí hegemonias (fixações de sentido) podem ser estabelecidas.

As categorias a serem utilizadas para a análise, de acordo com a perspectiva de Laclau e Mouffe, são *momento*, *elementos*, *práticas articulatórias* e *discurso*. Momentos são posições diferenciais que estão articuladas dentro do discurso e elemento é quando estas ainda não estão articuladas, o que faz com que, na visão de Laclau e de Mouffe, articulação seja qualquer prática estabelecendo uma relação entre elementos de tal forma que sua identidade se modifique como resultado desta prática. À totalidade estruturada disto resultante, os autores a chamam de discurso.

O discurso pressupõe um sujeito que o emite a partir de uma dada posição social e discursiva, sujeito que, com isto, busca interpelar a outros (ganhar o maior número possível de sujeitos sociais para a sua posição), objetivando, assim, construir e desconstruir uma realidade histórica, discursiva e social.

Desta forma, na análise deve-se não apenas identificar a posição discursiva tencionada ou construída pelos vereadores sobre si, seu projeto político, mas também marcar como o projeto do outro é desconstruído, ou seja, que elementos aparecem e através de quais práticas articulatórias são transformados em momentos e, a partir daí, quais deslocamentos sociais, políticos e de sentido se buscam.

É importante destacar que o sucesso nesta prática é sempre apenas parcial, nunca se completa, pois, ao estabelecer, ainda que parcial e temporariamente, a hegemonia sobre o significado de alguma coisa, o sujeito social que assim o faz desloca objetos discursivos e sujeitos que estavam ocupando determinadas posições sociais e discursivas que buscarão retomar a posição perdida ou dar novos significados para o objeto em questão. A forma como isto ocorre e aparece nos textos também deverá ser analisada.

Cabe aqui retomar a discussão sobre poder e hegemonia (fixar sentido), colocando que o discurso só exerce poder na medida em que consegue encontrar um eco em seu receptor, em que o emissor é entendido como capaz de se mostrar como legítimo emissor de um discurso sobre alguma coisa. Então, nas relações entre discurso e política, outro ponto a ser destacado é o poder do discurso, ou seja, até que ponto o emissor é capaz de conseguir um eco do receptor. Ou, até que ponto um discurso tem “[...] capacidade de responder a demandas, de se

inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos” (PINTO, 1988, p. 36).

Para os discursos dos presidentes, as características do discurso político latino-americano já estão razoavelmente bem marcadas. Trabalhando com os pronunciamentos de José Sarney, Raúl Alfonsín e Fernando Collor de Mello, Pinto (1988), Zoppi-Fontana (1997) e Alves (2004), respectivamente, apontam que o discurso tem como marca a ruptura, ou seja, a busca do rompimento com o passado e a proposição de um futuro moderno e melhor.

Além disto, o discurso constitui os cidadãos como aqueles que querem a mudança e em nome de quem o governante busca construir que fala. No decorrer do governo, as ações do Executivo são tidas como passos dados na direção daquilo que o povo quer (ZOPPI-FONTANA, 1997 e Alves 2004) e os cidadãos como em processo de educação (ZOPPI-FONTANA, 1997) para o que o governo representa, ou como aqueles que coadunam com a ideologia do governo (ALVES, 2004), estando prontos para irem à terra prometida, no caso em questão, suplantar os entraves e as dificuldades da transição democrática.

Nesse ínterim, Alves (2004/2006) diagnosticou que a busca pela formação do “arco de apoio” envolve também tentar interpelar³ o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, demais órgãos do Poder Executivo, e também a imprensa, buscando aniquilar todas as formas possíveis de oposição e buscando destruir-lhe o discurso chamando-o de antipatriótico, de antidemocrático, e, sobretudo, de elitista e de atrasado.

As colocações desenvolvidas nos parágrafos acima, quando somadas ao fato de que a América Latina, e o Brasil em especial, têm passado por diversas experiências de democracia participativa, levam ao interesse de que se direcione o olhar do analista de discurso para esta área, sobretudo para as relações municipais de legislativo *versus* conselhos.

Tal como o título aponta, a pesquisa é um estudo de caso no oeste paranaense. Em sendo assim, o *corpus* sobre o qual se fizeram as análises constou de atas da Câmara Municipal de Toledo, disponibilizadas na Internet (<<http://www.toledonet.com.br/~camara/>>) dos anos de 2002, 2003 e 2004⁴. Nelas se buscou verificar como os vereadores do período em questão construíram discursivamente seu papel e o das demais instâncias de representação da sociedade. Coletou-se um total de 171 atas. Estas atas foram lidas na íntegra e separou-se para análise o material que se percebeu como pertinente à pesquisa, chegando-se a um total de 76 atas. Olhou-se para este material buscando responder às seguintes questões: 1) Que elementos são usados pelos vereadores para construir uma posição discursiva sobre seu papel? 2) Que elementos usam para construir o papel das demais instâncias de representação da sociedade? 3) Neste processo aparecem silenciamentos e deslocamentos? 4) Que relações o discurso político, assim construído, guarda com a cultura política brasileira e regional?

A REGIÃO OESTE DO PARANÁ: vereadores e história política

Esta parte do artigo abrange a região oeste do Paraná, numa breve caracterização de sua história política que será uma das bases para a análise dos dados, uma vez que se constitui no meio, no entorno no qual o discurso é produzido e do qual faz parte.

A discussão deve ser precedida, no entanto, de uma observação mais geral sobre a importância dos estudos de política local para a compreensão da redemocratização no Brasil.

O estudo das esferas públicas locais no caso brasileiro constitui tarefa tão promissora quanto ingrata. A inexistência de uma tradição de estudos nesta área dificulta as analogias, as inferências e a avaliação das possibilidades de generalização dos resultados obtidos nos estudos de caso, impondo ainda a necessidade de elaboração de um marco analítico-conceitual a partir de referências teóricas constituídas em outros contextos e cuja possibilidade de transposição à situação brasileira necessita ser, em todas as suas fases, avaliada (COSTA, 2002, p. 8).

Assim, antes de adentrar na discussão dos resultados, convém caracterizar o sujeito emissor do discurso, ou seja, os vereadores e também o contexto social e político no e a partir do qual produziram seus discursos, no caso, o oeste paranaense, para que se comparem os dados obtidos neste estudo com outros e para que, posteriormente, se discutam minimamente as possibilidades da Análise do Discurso como recurso teórico-metodológico para a questão proposta.

A região oeste do Paraná é de colonização recente. A maioria de seus municípios, à exceção de Foz do Iguaçu, surgiu entre as décadas de 1940 e 1950 do século passado, fruto do processo de expansão agrícola e fixação de fronteiras conhecido como "Marcha para o Oeste". Isto faz com que ela tenha no agronegócio (soja, milho, trigo, aves e suínos) sua principal atividade econômica e maior força política, contudo, em sua história recente, dois processos destacam-se: a resistência à construção da barragem de Itaipu e uma forte organização da sociedade civil nas décadas de 1970 e 1980.

Itaipu é um marco fronteiriço, econômico, político, social e ambiental bastante grande na região, pois tem um lago de 1.350 km², cuja formação deslocou um enorme contingente humano (os barrageiros⁵) para a cidade de Foz do Iguaçu e, ao mesmo tempo, deslocou muitas pessoas na região⁶.

O impacto político da construção do lago foi grande, pois originou o Movimento Justiça e Terra, que, ao pleitear e conseguir uma indenização justa pelas áreas alagadas, questionou o Estado e o Regime Militar em seu cerne: a política de desenvolvimento, mostrando a pequenos agricultores de origem

estrangeira que poderiam ser sujeitos de sua história, o que se deu porque “A palavra pronunciada com sotaque representou um elemento unificador, de identidade do grupo. Aos poucos, os agricultores foram se organizando, dando origem ao Movimento Justiça e Terra” (RIBEIRO, 2002, p. 37).

Desse movimento originou-se o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), braço originário do Movimento dos Sem Terra (MST), de tal forma que, conforme analisa Lima (2004), “[...] esta experiência está sendo incorporada, pela História, à memória das lutas sociais do Brasil” (p. 420).

Além disto, o efervescer da sociedade civil na região foi marcado pelo surgimento de diversos conselhos a partir da década de 1970, sobretudo na cidade de Toledo. O primeiro deles foi o Conselho Municipal de Cultura, fundado em maio de 1974 e com funcionamento intermitente a partir de então. O seguinte foi o Conselho Municipal da Condição Feminina, surgido em 1980. Atualmente a região conta com um total de 12 conselhos, assim distribuídos:

ÁREA DO CONSELHO	NÚMERO EXISTENTE NA REGIÃO
Saúde	11
Tutelar	9
Direitos da Criança e do Adolescente	11
Educação	2
Assistência Social	11
Fundef	9
Alimentação Escolar	10
Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	11
Conselho Municipal do Fundo "Paraná 12 Meses"	3
Segurança	5
Trabalho	6
Turismo	4
Trânsito	4
Anti-Drogas	3
Idoso	4
Esportes	3
Segurança Alimentar e Nutricional	2
Conselho Municipal da Condição Feminina	2
Outros	10

Fonte: Pesquisa Conselhos Municipais: Formação, Estrutura e Perspectivas na Produção da Democracia e do Desenvolvimento ⁷.

No município de Toledo são mantidos os seguintes conselhos: Saúde, Tutelar, Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Educação, Fundef, Alimentação Escolar, Agricultura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural, Segurança, Trabalho, Idoso e Desenvolvimento Econômico.

A título de um pequeno parêntese sobre a constituição de uma esfera pública nos municípios, é necessário falar também da imprensa e da penetração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Num artigo anterior (ALVES, 2006b) afirmei que os meios de comunicação de massa poderiam vir a desempenhar um papel importante no fortalecimento da democracia e da cidadania. Entretanto, o diagnóstico é outro:

Nossa imprensa não é, em sua maioria, composta por profissionais formados na área, está umbilicalmente presa ao poder político-econômico teratene, publicando às vezes informações unívocas, quando não distorcidas ou censuradas. Experiências com mídias alternativas, educativas ou comunitárias inexistem ou são muito recentes, o que faz com que nossa população seja privada deste importante canal de informação e participação. (idem, p. 12-13)

Esta é, então, parte da base social sobre a qual se deve analisar o discurso construído pelos vereadores sobre os conselhos municipais. A outra se constitui da caracterização da Câmara Municipal.

São poucos os dados disponíveis sobre ela. O município é novo, à semelhança de seus congêneres no oeste paranaense, exceção aberta a Foz do Iguaçu. Por outro lado, a presença da universidade, em especial as de caráter público e com maior tradição de pesquisa, também é recente. Assim, os dados que apresentamos abaixo foram coligidos, em sua maior parte, em fontes históricas, mormente o *site* da Câmara de Vereadores, que em 9/7/2008 é: <<http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/>>.

A Câmara Municipal de Toledo iniciou suas atividades em 14 de dezembro de 1952, data em que Toledo se emancipou Foz do Iguaçu, sendo que a eleição para prefeito e vereadores se deu em 9 de novembro do mesmo ano. O primeiro prefeito municipal foi o médico Ernesto Dall'Oglio e os vereadores foram José Ayres da Silva, Clécio Zenni, Ondy Helio Niederauer, Leopoldo João Schimdt, Rubens Stresser, Alcebiades Formighieri, Waldi Winter, Willibaldo Finkler e Güerino Antônio Viccari, sendo este último o presidente. A primeira localização da sede foi na Rua Barão do Rio Branco, centro da cidade, em um prédio alugado da empresa colonizadora que fundou o município, a Industrial Colonizadora Madeireira Rio Paraná S/A, mais conhecida por sua sigla: MARIPA

Até a década de 1970, poucos nomes repetem-se no exercício da vereança, à exceção de Ernesto Dall'Oglio, médico e Clécio Zenni, funcionário da MARIPA.

A partir daí, a família Gennari foi a presença mais constante, com a eleição, por duas vezes, de Duílio Gennari (ex-prefeito municipal e atualmente⁸ deputado estadual pelo PP), além de Luiz Fritzen, ligado ao mesmo partido e de Wilmo Marcondes (PDT) eleito por três legislaturas.

Merecem destaque também Leoclides Bisognin, atualmente no PMDB e vereador desde 1993. Lúcio de Marchi (PP, vereador desde 1993 e atualmente vice-prefeito), Elton Welter (PT, vereador por duas legislaturas e deputado estadual por igual período), Winfried Mossinger (PP, também vereador há várias legislaturas).

Cabe a análise de Amorim:

Dessa forma, a história política de Toledo se insere em um contexto mais amplo da política nacional, marcada pelo nacionalismo, ocupação do território e defesa das fronteiras brasileiras, possibilitando compreender as características sociais, econômicas e políticas da região Oeste do Paraná. As famílias dos colonizadores que dominaram a história política municipal através da ocupação de cargos públicos mantêm-se hoje no cenário político local. (2006, p. 104).

No período analisado, a Câmara foi composta majoritariamente por homens. Num total de 17 vereadores, havia apenas uma mulher. Sendo nominalmente estes seus membros no início da legislatura: Albino Corazza Neto (PDT), Bernardino da Silva Reis (PDT), César Paludo (PPB), Elton Carlos Welter (PT), Eudes José Dallagnol (PSDB/PPB), Expedito Ferreira da Cruz (PPB), Florinda Aparecida de Oliveira (PT), João Batista Coelho de Souza Furlan (PPB/PPS), Leoclides Luiz Roso Bisognin (PMDB), Lúcio de Marchi (PPB), Luís Fritzen (PPB), Luiz Carlos Johann (PPB), Manoel Rosa de Lima (PFL), Marco Antônio Pereira (PPB), Rogério Massing (PSDB), Rubens Bragagnollo (PSDB) e Winfried Mossinger (PPB).

Esta composição, conforme Kerbaui (2005), é bastante característica das câmaras municipais por todo o interior brasileiro, revelando a preferência do eleitor brasileiro a escolher homens para a vereança, independentemente do número de candidatas e da proporção feminina no eleitorado. O fato também é bastante comum na região, tal como o estudo de Vilha (2004) demonstra⁹.

Com relação à composição partidária, observou-se uma divisão bastante clara e equitativa entre os partidos de maior expressão regional e nacional. O PMDB, PPS e PFL tinham apenas uma cadeira cada, PDT, PT, PSDB duas e o PP cinco.¹⁰

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir da aplicação da metodologia sobre o *corpus*, foi possível observar que:

1) Independentemente da divagem partidária, foi grande o número de requerimentos e de indicações das mais variadas ordens, sempre buscando atender a demandas as mais cotidianas e mezinhas da população (colocação de postes de iluminação, melhorias em quadras de esportes e estradas rurais, policiamento, médicos, pintura de faixas de pedestres, por exemplo).

2) Ao fazer o requerimento ou a indicação, o vereador não marca qual sua origem, se um contato com a associação do bairro, uma procura em seu gabinete ou uma visita ao local. Este silenciamento é importante, pois marca que o vereador ou esconde a importância das lideranças que trouxeram os problemas até ele ou esconde o relacionamento que este tem com a comunidade e, portanto, articula-se como o único criador destas, buscando para si este papel político e tentando desmerecer outras instâncias que façam o mesmo, visando estabelecer, desta forma, a noção de que somente ele pode fazer a interface Sociedade – Estado neste caso.

3) Isto se reforça ao se observar que, quando obtém sucesso (demanda atendida) o vereador omite, em seu discurso, o caminho burocrático-decisório percorrido pela demanda. É característica do discurso deste agente assim proceder e esta é, então, uma das formas através das quais exerce poder.

4) Houve apenas duas matérias relativas ao Conselho Municipal de Segurança (e nenhuma relativa aos demais) abordando destinação de recursos a este. Ambas tiveram origem no Executivo Municipal e foram aprovadas em dois turnos com discussão, mas sem obstrução por parte da Câmara Municipal. A este respeito verificou-se a presença da busca de uma diferença entre oposição e situação (a situação elogia e a oposição critica a atuação da prefeitura), mas não a discussão da importância dos Conselhos como órgãos de representação, deliberação e como promotores da democracia. Houve também, conforme consta na ata do dia 24 de março de 2003, solicitação formal por parte do Conselho de Segurança para que o Legislativo indicasse dois membros para compor sua gestão 2003/2004¹¹.

5) Vários destacam também a presença da “comunidade”, palavra que aparece repetidas vezes, ou de líderes comunitários, mas não destacam sua origem. Esta não aparece, não há menção a ela na fala dos vereadores, mostrando que isto não tem importância para o parlamentar, que ele não quer marcar a origem do outro representante ou do seu representado.

6) O que geralmente aparece são os designativos genéricos “imprensa” ou “comunidade”. Desta forma se verifica que os vereadores buscam construir uma noção de homogeneidade tanto na imprensa quanto na comunidade, o que

nega possíveis diferenças. Exemplo: Que imprensa? Jornal? Rádio? TV? Com posicionamento mais favorável à situação ou à oposição? O mesmo vale para a “comunidade”. Qual sua composição? Estudantes? Trabalhadores? Empresários? Cíveis? Militares? Quem? O que a “comunidade” foi fazer ali? Havia projeto de seu interesse em pauta?

7) O contrário acontece quando ele fala de si. Os vereadores constroem continuamente uma oposição vereador (sujeito identificado X outro representante: não identificado). Há o uso frequente de palavras como “este”, “deste”, “esta”, “desta”, etc. A maneira como o vereador se constrói é exemplificada no treco abaixo: “Algumas pessoas estiveram reclamando **a este Vereador** que a taxa é muito alta.” (Vereador 1, ata do dia 3/11/2003)¹²

Não obstante isso, a presença da imprensa e da comunidade é constantemente destacada e felicitada por todos os vereadores. A presença da imprensa foi tida como fonte de transparência das ações da Câmara e de contato da população com essas ações. A imprensa é, portanto, também reconhecida como um mecanismo legítimo de interface entre Sociedade e Estado.

8) Há, no discurso dos vereadores, um reforço positivo de seu papel de representante e também de servidor público, tal como se depreende da fala a seguir: “Enfim sejam todos bem-vindos, a esta Casa que todos vocês ajudam a construir, e que por consequência pagam os nossos salários para representarmos você”. (Vereador 4, ata do dia 1º/3/2004). A palavra “você” mostra a busca por uma relação direta entre as pessoas que estavam presentes à sessão daquele dia e observe-se que se tenta construir também uma relação de reciprocidade entre a Câmara e seu plenário, o que permite que, através da noção de vínculo empregatício, se delimite a função de representante.

9) É comum também o vereador referenciar-se como representante de um setor da comunidade, quer seja este setor profissional/econômico (agricultores em sua maioria) ou pelo local de residência ou local de mais expressiva votação, numa tentativa de justificação de determinadas posições e, principalmente, de marcar que aquela comunidade, ou aquele setor da sociedade, encontra representação. Exemplifico destacando em negrito o que permitiu chegar a esta conclusão:

Senhor Presidente, Senhores Vereadores. O projeto de lei já foi colocado aqui, e nós, como agricultores, nós só temos que dar elogios, porque aquela época realmente o Distrito de Dez de Maio foi beneficiado com asfalto, estão de parabéns as lideranças de Dez de Maio, que tão importante rodovia que conseguiram seu asfalto. Nós somos moradores do interior do Município B e sabemos quanto é difícil para sair do interior para ir para a

cidade, sabemos quanto é a dificuldade sem um asfalto, numa rodovia de chão em dias chuvosos se torna difícil. (Vereador 2, atado dia 15/12/2003).
10) Com relação à política local, observou-se claramente uma divergência/oposição (PDT, PPS, PMDB e PT) versus situação (PP, PFL, PSDB), que se traduziu em críticas e apoios à atuação da administração municipal. Com relação à política estadual e nacional, o mesmo procedimento ocorreu.

Desta forma, é possível concluir que os vereadores apresentam uma tendência a ter um comportamento e, por conseguinte, um discurso político conservador, ou seja, a continuar com velhas práticas da política, acrescentando a estas agora o silenciar das tendências participativas, sendo esta uma característica importante da cultura/prática política a ser trabalhada e, quiçá, rompida quando se pensa o aprofundamento da prática democrática na região.

Isto se dá porque silenciar as práticas é também silenciar o passado e os indivíduos que as geraram, tentando deslocá-los para o esquecimento, ou seja, manter a política e os mecanismos de interface Estado - Sociedade tais como antes, sendo esta a hegemonia que se busca.

Isto ocorre pela forma obscura como tratam a questão da chegada da informação (necessidade/demanda da população) às suas mãos, da maneira como representam a si mesmos e também da forma como a sociedade deve saber de suas atitudes. Ou seja, a rede identificada por Kerbauy é um componente bastante ativo da prática política-discursiva (ideia de vínculo empregatício). E, ao mesmo tempo em que este discurso se apoia, reforça as práticas sociais que o baseiam. Desta forma se verifica que os vereadores estabelecem um conflito entre representação e participação, onde reforçam a primeira para negar a segunda, obstaculizando, assim, alguns aspectos do projeto democrático-participativo que originou os conselhos, contribuindo para que a situação política hoje tenha muitas penas (um tremendo óbice à institucionalização de instâncias democráticas na maioria das cidades) e algumas glórias (a superação destes mesmos entraves em alguns casos isolados).

Neste sentido se afirma que as práticas político-discursivas presentes e feitas na Câmara de Vereadores em Toledo, práticas que se acredita não serem muito diferentes daquelas das demais pequenas cidades brasileiras, refletem o que há de mais arcaico e tradicional na política brasileira e latino-americana, e que os nós simbólicos são aspectos muito importantes a serem trabalhados e desmanchados quando se pensa a plena institucionalização da democracia participativa. Isto deve ser colocado na agenda política como uma forma de contemporanizar o debate não apenas intelectual (independentemente se pelo lado da sociologia ou da ciência política) e contribuir para que as práticas extensivistas da universidade e também as de demais instâncias que lidam com os conselheiros contribuam para a

capacitação destes, permitindo a eles discutirem e diagnosticarem estes nós, contribuindo para uma prática mais democrática no interior dos conselhos.

NOTAS

1 Professor Adjunto da UNIOESTE- Campus de Toledo. Email: gbiasoli@uol.com.br

2 A diferença fundamental entre o projeto neoliberal e o democrático-participativo consiste no fato de que o primeiro não prevê (ao menos não massivamente) uma redistribuição do poder decisório sobre políticas públicas, limitando-se mais a redistribuir poder de gestão das mesmas, deixando de atender a uma demanda antiga constante do segundo projeto. Por outro lado, o projeto neoliberal vê os membros da sociedade como “cidadãos-dientes” que são objetos das políticas públicas, destituindo-os da portabilidade de direitos e de diferenças, que é como o projeto democrático-participativo define os cidadãos.

3 O sujeito emissor de um discurso político sempre busca interpelar, ou seja, fazer do receptor sujeito assujeitado do, no e pelo discurso ao maior número possível de pessoas ou agentes políticos. Por isto é bastante frequente haver a referência à Nação, ao povo, aos trabalhadores, etc.

4 O atual endereço eletrônico da Câmara de Vereadores de Toledo é: <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/>. Acesso em: 9 jun. 2008. As atas dos anos pesquisados não estão mais disponíveis eletronicamente.

5 Trabalhadores para a construção da barragem. São os empregados das empreiteiras especializados neste tipo de serviço.

6 Cerca de 400.000 mil pessoas foram afetadas diretamente pela construção da barragem, de acordo com dados de Lima (2004). A maioria dos afetados eram pequenos agricultores, que, depois, só conseguiram comprar terras no oeste à proporção de 1/6 da área que tinham originalmente.

7 Pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa ‘Democracia e Desenvolvimento’, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, do qual o autor é vice-líder.

8 Neste trecho, esta palavra refere-se ao ano de 2008.

9 O estudo dessa autora revelou também que, para os municípios limleiros da costa oeste paranaense, os partidos políticos recrutam suas candidatas em profissões ainda muito conectadas com o que foi tradicionalmente associado ao feminino: professoras e assistente sociais. É grande também a influência da família.

10 Não se consideraram aqui, para efeito deste cálculo, as substituições ocorridas. O número refere-se aos primeiros eleitos. A fonte da informação é o *site* da Câmara de Vereadores, visto que o TER-PR não disponibiliza, em seu *site*, estes dados, dificultando o acesso a esta informação. Quando um vereador trocou de partido, considerou-se a última agremiação deste.

11 Conforme está na mesma ata, o presidente do Legislativo informou a seus pares que a Câmara

não poderia fazê-lo, visto que o Conselho recebe verbas do município que o Legislativo tem obrigação de fiscalizar.

12 Grifo meu

13 O tema em pauta era o asfaltamento da ligação do distrito de Dez de Maio à sede do município. A alocação “do interior do município” pode soar estranha ao leitor de outras partes do Brasil. É típica contudo, do interior do Sul brasileiro, visto que os municípios possuem uma sede e vários subdistritos, estes, por sua vez, divididos em “linhas”, de acordo com o espigão mestre (geralmente o pico mais alto da região).

14 O site da Câmara Municipal mudou para <<http://www.e-refeitorias.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMTtoledo/>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gustavo Biasoli. **Discurso de Reforma do Estado no Governo Collor**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFRGS Porto Alegre, 2004.

ALVES, Gustavo Biasoli. **Discurso, Reforma do Estado e ideologia neoliberal no Governo Collor**. 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/ideologia_gustavoalves.pdf>

ALVES, Gustavo Biasoli. Análise do discurso e ciências sociais: o discurso como modo de análise do social numa perspectiva interdisciplinar. In: PEREIRA, Maria Ceres (Org.). **Linguística aplicada e letras virtuais**: questões de linguagem e ensino. Cascavel – PR. Unioeste.net/Eduioeste, 2006a

ALVES, Gustavo Biasoli. A Reforma do Estado e o oeste paranaense: algumas considerações iniciais. **Revista do Grupo de Estudos Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional**, nº 02, vol. 02, maio 2006 (2006b).

AMORIM, Maria Salete Suzade. **Cultura política e decisão eleitoral no oeste do Paraná**. Doutorado. UFRGS, 2006

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. Rio de Janeiro. Cortez, 2003

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2000.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, SP. Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luís Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: ENAP, 1999.

CÂMARA Municipal de Toledo – PR – Ata do dia 10 de março de 2003. Disponível em: <<http://www.toledonet.com.br/~camara/>>. ¹⁴

CÂMARA Municipal de Toledo – PR– Ata do dia 24 de março de 2003. Disponível em <<http://www.toledonet.com.br/~camara/>>.

CÂMARA Municipal de Toledo – PR– Ata do dia 3 de novembro de 2003. Disponível em <<http://www.toledonet.com.br/~camara/>>.

CÂMARA Municipal de Toledo – PR– Ata do dia 1º de março de 2004. Disponível em <<http://www.toledonet.com.br/~camara/>>.

COSTA, S **As cores de Frelizia**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (Org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FUKS, Mário; PERISCINOTO, Renato; MONSEFF, Ribeiro Ednaldo Aparecido. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, nº 21 Curitiba UFPR, p. 125-145, nov. 2003.

KERBAUY, Maria Teresa Micelli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**. Campinas, vol. XI, nº 2, p.337-365, out. 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Beyond the positivity of the social antagonism and hegemony*. In: **Ideology and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. Londres: Versus, 1985.

LAVALLE, Adrian Gurza. Sempena em glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 90. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 66, julho, p. 91-109, 2003.

LIMA, Ivone Terezinha Carleto de Lima. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1994)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal Fluminense/Unioeste, 2004.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o sr. presidente José Sarney**. São Paulo: HUCITEC, 1998

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002

SOLA, Lourdes. Estado, mercado e democracia. **Revista USP**, São Paulo, EDUSP, n. 17, março, abril, maio 1993.

SOLA, Lourdes. Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política. In: BRESSER PEREIRA, Luís Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo. Ed. da UNESP, Brasília ENAP, 1999. p. 23-67.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: **Revista São Paulo em Perspectiva (18) 2**. SP: Fundação SEADE, 2004, p. 27-41.

VILHA, Carolina Ferreira de Lima. **Mulher e política - um estudo sobre a participação política das mulheres dos municípios da micro-região de Marechal Cândido Rondon (1988-2004)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

SOUZA, Nilson do Rosário. Democracia participativa e política pública no contexto neoliberal: o caso do Conselho da Criança e do Adolescente de Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. SP: ANPOCS, 2003.

WILHEIM, Jorge. Por que reformar as instituições? In: BRESSER PEREIRA, Luís Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília ENAP, 1999. p. 15-23.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.